



Princípios de Bom Governo

Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita

A Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE (ULSLA, EPE.), foi criada pelo Decreto-Lei nº 238 de 31 de outubro de 2012, por integração do Hospital do Litoral Alentejano EPE e do Agrupamento de Centros de Saúde do Alentejo Litoral (ACES Alentejo Litoral).

Viu republicados os seus Estatutos em 2017 no Anexo III ao Decreto-Lei n.º 18/2017 de 10 de fevereiro. Faz a gestão integrada dos cuidados primários, hospitalares e parte dos cuidados continuados da região do Alentejo Litoral, integrando a oferta dos prestadores de cuidados do SNS dos concelhos de Alcácer do Sal, Sines, Odemira, Grândola e Santiago do Cacém, para uma população global de cerca de 100.000 habitantes.

A ULSLA EPE é uma Entidade Pública Empresarial regulada pelo regime jurídico e os Estatutos aplicáveis às unidades de saúde do Serviço Nacional de Saúde e é ainda considerada:

- Entidade Pública Reclassificada (EPR) por ter sido integrada no perímetro das administrações públicas, sendo-lhe aplicável a Lei dos compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), aprovada pela Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro, e regulamentada pelo Decreto Lei nº 172/2012 de 21 de junho;
- Entidade de Interesse Público (EIP), por ter tido durante 2 anos consecutivos um volume de negócios superior a 50 milhões de euros, nos termos do artigo 3º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, aprovado pela Lei nº 148/2015 de 9 de setembro, aplicando-lhe a Lei nº 28/2009 de 19 de junho, que estabelece a aprovação e divulgação anual da política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, nestas entidades;
-

O Conselho de Administração em funções durante o ano de 2017 foi nomeado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 63/2017, publicada em DR a 11 de maio.

A ULSLA, E.P.E observa, na sua atividade e atuação, todas as disposições legais aplicáveis ao setor empresarial do estado e assenta a sua atuação em princípios de legalidade, elevados padrões de ética e serviço público.



A ULSLA tem por missão promover e prestar cuidados de saúde primários, diferenciados e continuados, desenvolver atividades de saúde pública, investigação, formação e ensino, de qualidade, assegurando o acesso da população, garantindo a sustentabilidade económico-financeira, de acordo com a estratégia nacional e regional de forma a obter ganhos em saúde.

No desenvolvimento da sua atividade a ULSLA rege-se pelos seguintes valores:

- **Ética** na prestação de cuidados, assente em princípios deontológicos e conduta moral dos profissionais (Código de Ética);
- **Dignidade Humana**, através do reconhecimento do caráter único de cada pessoa;
- **Respeito pela vida**, pelos direitos e pela vontade esclarecida dos utentes;
- **Compromisso** com a legalidade, a causa pública e a defesa do bem comum;
- **Confidencialidade**, através da garantia do sigilo profissional e respeito pela privacidade do doente;
- **Colaboração**, traduzida no espírito de organização em equipa, gestão participada e solidária entre os profissionais, numa cultura interna de interdisciplinaridade, e bom relacionamento no trabalho;
- **Responsabilidade**, assente na integridade, transparência, equidade e encaminhamento assistencial e responsabilidade social;
- **Acolhimento**, através da cortesia e urbanidade no atendimento do utente;
- Promoção da **satisfação dos profissionais** através de condições de trabalho estimulantes, valorizando a diferenciação técnica e a melhoria contínua;
- Promoção da **satisfação dos utentes** mediante o envolvimento e participação dos doentes, família e comunidade.

Transações relevantes com entidades relacionadas

Relativamente a este ponto, deve-se considerar a Portaria 1446-C/2001, de 21 de dezembro, que remete para o art.º 63º do CIRC, assim como a NCRF 5 (Norma contabilística e de relato financeiro 5. Divulgações de Partes Relacionadas).

“Considera-se que existem relações especiais entre duas entidades nas situações em que uma tem o poder de exercer, direta ou indiretamente, uma influência significativa nas decisões de gestão da outra”.

Considera-se que a Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano EPE terá como Entidades relacionadas a ACSS IP e a ARS Alentejo IP. Durante o ano de 2017 as transações efetuadas com essas entidades foram as seguintes:



ARS ALENTEJO IP	
Faturas emitidas no ano	1.011.607,00 €
Faturação cobrada (ano e anos transatos)	921.168,32 €
Faturação rececionada	36.163,36 €
Pagamentos realizados (ano e anos transatos)	101.765,90 €

ACSS IP	
Valor Recebido como adiantamento CP 2016	50.007.706,00 €
Valor Recebido - Transplantes e Ajudas Técnicas	57.948,35 €
Faturas emitidas no ano (Capitação e internos)	45.703.146,32 €
Faturação rececionada	41.066,24 €
Pagamentos realizados	37.904,34 €

As transações verificadas entre a ULSLA EPE e as entidades relacionadas ocorreram em situações em que os preços estão legislados, pelo que não existe necessidade de algum controlo adicional.

Outras transações

Em matéria de aquisições, a Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano EPE cumpre o estipulado no Código dos Contratos Públicos e legislação acessória e encontra-se registada no Sistema Nacional de Compras Públicas.

Não foram celebrados atos ou quaisquer contratos com valor superior a 5 M€.

Todas as transações ocorreram em condições de mercado.

Os fornecedores que representaram mais de 5% do total de fornecimentos e serviços externos foram os seguintes:



Empresa	Valor em Euros
SANTA CASA DA MISERICORDIA DE GRANDOLA	2.432.587,01 €
IMI - IMAGENS M.INTEGRADAS,S.A.	1.668.581,67 €
CLIDIS-CLIN.DIAG.DE SINES,LD.	1.019.952,61 €

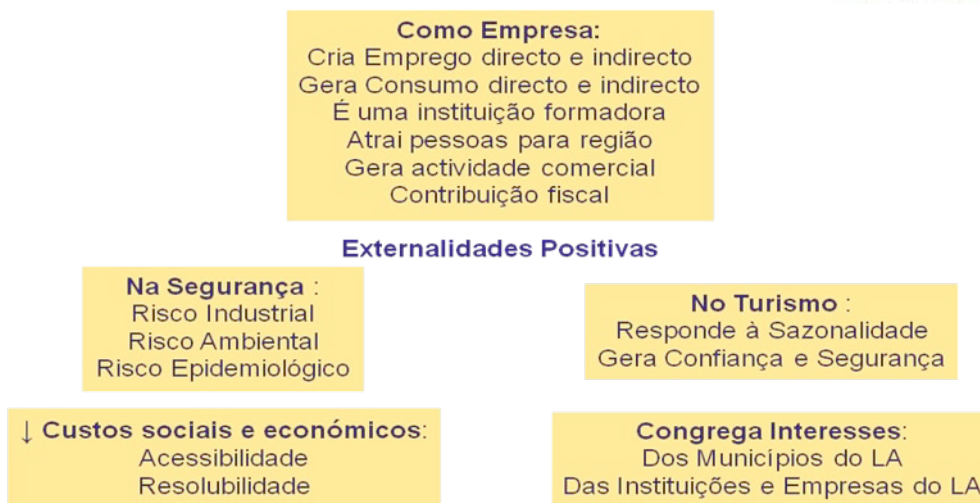
A Santa casa da Misericórdia de Grândola fatura os Serviços de Hemodiálise realizados aos nossos utentes. O IMI fatura a prestação de Serviços de Imagiologia. A Clidis presta, essencialmente, o serviço de análises clínicas em regime de entidade convencionada.

Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental

No que concerne à análise da sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental destacam-se os seguintes aspetos:

1. Na gestão do capital humano da empresa enquanto elementos críticos da boa prestação de cuidados economicamente sustentável, a ULSLA garante a promoção da valorização individual dos seus colaboradores, no estrito cumprimento das normas das carreiras e do código do trabalho em especial quanto aos direitos da maternidade e da paternidade, garantindo o acesso à formação e dispondo dum serviço ativo de segurança, higiene e saúde do trabalho.
2. A responsabilidade social é intrínseca ao estatuto de pessoa coletiva de direito público, próprio de uma entidade integrada na rede do SNS que dá corpo aos princípios constitucionais da universalidade, generalidade e tendencial gratuitidade do SNS, bem como o acesso dos utentes, garantindo a igualdade de oportunidades, o respeito pelos direitos humanos, e de não discriminação.
3. Em termos ambientais, o hospital esforça-se por adotar práticas ambientalmente corretas, particularmente nos domínios da gestão dos recursos hídricos, energéticos e gestão de resíduos, onde a reciclagem é valorizada.

A Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE. tem um posicionamento em construção no domínio da integração de cuidados de saúde e é identificada pelos agentes económicos como fundamental para o desenvolvimento sustentável da região em que se insere.



Desde a sua criação em 2012 que a ULSLA EPE tem apresentado Resultados Líquidos Económicos positivos, muito explicados pela alteração da forma de financiamento que passou a ser feita por capitação.

Após se verificarem quatro exercícios completos parece tornar-se evidente que esta transformação pode trazer uma melhor articulação entre os cuidados de saúde diferenciados e os cuidados de saúde primários, criando sinergias que permitam trazer economias ao SNS e aumento da qualidade de serviços prestados aos cidadãos, melhorando em simultâneo a eficiência e a efetividade. Este é o próximo passo a dar depois do saneamento da situação financeira herdada do antigo Hospital do Litoral Alentejano.

Atentos os resultados alcançados no exercício de 2016 a nível económico-financeiro, a preocupação central da gestão passa a ser o reforço do capital humano, com a contratação de profissionais de várias carreiras, dando consolidação ao estabelecido na carteira de serviços, aumentando a qualidade dos cuidados prestados e a satisfação da população que servimos.

No que respeita ao Princípio de Igualdade de Género, estabelecido no nº 1 da Resolução do Conselho de Ministros nº 19/2012 de 23 de Fevereiro, podemos afirmar que em cada 5 funcionários existentes a 31 de Dezembro de 2014, 4 eram do sexo feminino, pelo que não existe qualquer necessidade de apresentar medidas excecionais.

No que concerne às políticas de recursos humanos a ULSLA segue, em sentido lato as boas práticas de gestão no contexto da Gestão das Empresas EPE tanto do ponto de vista administrativo como comportamental e, em sentido estrito as melhores práticas de gestão por objetivos.



Avaliação do cumprimento dos princípios de bom governo

Como Empresa Pública, a ULSLA EPE obriga-se ao cumprimento do disposto na Resolução do Conselho de Ministros 49/2007, de 28 de Março.

O grau de cumprimento dos princípios de bom governo é elevado, nomeadamente as recomendações seguintes:

Área dos PBG	Recomendações
Missão, Objetivos e Princípios Gerais de Atuação	<ul style="list-style-type: none">• Obrigação de cumprimento, respeito e divulgação da missão, objetivos e políticas da ULSLA EPE• Elaboração de planos de atividade e orçamentos• Reporte da informação anual às tutelas• Adotar um comportamento eticamente irrepreensível, cumprindo o estipulado na legislação e regulamentação aplicável• Obrigatoriedade de tratar com respeito e integridade todos os trabalhadores• Obrigatoriedade de tratamento com equidade a todos os clientes e fornecedores e outros titulares de direitos legítimos
Estruturas de Administração e Fiscalização	<ul style="list-style-type: none">• O nº de membros da Administração é comparável com o nº de membros da Administração de empresas privadas do mesmo sector• Encontra-se aprovado e publicado no sítio da internet em http://www.ulsla.min-saude.pt/ o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
Remuneração e Outros Direitos	<ul style="list-style-type: none">• Divulgação anual das remunerações totais auferidas por cada membro da Administração• Divulgação anual de outros benefícios atribuídos
Prevenção de conflitos de interesses	<ul style="list-style-type: none">• Foram assinadas declarações referentes à prevenção de conflitos de interesses e entregues ao tribunal constitucional e à Procuradoria-Geral da República
Divulgação de informação relevante	<ul style="list-style-type: none">• Incluir no R&C um ponto relativo ao governo da sociedade• Disponibilizar informação relevante no sítio da internet



Código de Ética

A ULSLA, EPE dispõe de um [Código de Ética](http://www.uls-la.min-saude.pt/), aprovado a 17 de Abril de 2013, que se encontra disponível a todos os profissionais e parceiros, bem como a todos os seus utentes na sua página institucional, que pode ser consultado em <http://www.uls-la.min-saude.pt/>

No entanto, e por não estar de acordo com o despacho 9456-C/2014, encontra-se para revisão.